

# Dúvidas sobre a recuperação econômica este ano

José Eloy dos Santos  
Cardoso (\*)



A divulgação dos resultados negativos da economia brasileira no ano de 1981, além de estimular medidas de afrouxo, trouxe para cima o exame das consequências políticas do desemprego nos grandes centros urbanos, problema que, em um ano eleitoral, sempre traz preocupações aos homens de governo.

As medidas de evidente afrouxo já tomadas — pagamento de parte do déficit das empresas estatais e obras civis de pequeno porte — dificilmente conseguirão apagar, a curto e médio prazo, as consequências desastrosas da negativa taxa de crescimento do Produto Interno Bruto no ano de 1981, calculada pela Fundação Getúlio Vargas em menos 3,5% em relação a 1980.

Está, assim, configurada a primeira recessão, na acepção técnica do termo

(crescimento abaixo de 0% e muito inferior às taxas positivas de crescimento populacional), experimentada pela economia brasileira desde 1947, ano em que a Fundação Getúlio Vargas começou a calcular o PIB. Esta situação, segundo alguns técnicos, difficilmente será contornada a curto prazo sem significativa e duradoura melhora no nível de demanda interna de produtos industrializados, uma vez que a demanda internacional não se apresenta muito favorável no corrente ano.

As simples medidas de dinamização dos negócios da construção civil, através da abertura de financiamento para imóveis usados e da concessão de maiores recursos para programas de habitação popular, apesar de seus impactos positivos, dificilmente conseguirão aquecer a demanda interna de bens industriais — cuja queda foi de 8,4% em 1981 —, necessária para obter significativas taxas de crescimento no nível de emprego nos centros urbanos.

As elevadas taxas de ju-

ros, o empobrecimento da classe média pela constante deterioração real dos salários e os elevados aumentos nas contribuições para a Previdência Social fatalmente continuarão sendo um dos grandes obstáculos para que se consigam, a prazos relativamente curtos, uma duradoura estabilidade econômica e uma positiva taxa de crescimento nos níveis de emprego.

A ampliação dos prazos de financiamento de bens duráveis, na prática, é invalidada pelos extorsivos juros cobrados no crédito direto ao consumidor e pelos aumentos constantes nos preços dos bens duráveis, a taxas bem superiores à inflação.

E claro que, se crescem as remunerações do trabalho a taxas sempre inferiores à inflação do período, como ocorre atualmente com os salários acima de dez mínimos, chegaremos a um patamar onde, por falta de demanda, os bens duráveis continuarão a subir nas prateleiras e os estoques assim formados impedirão sempre o aproveitamento da capacidade

instalada e o crescimento dos setores atingidos pela corrente recessiva. Isto influirá negativamente nos níveis de emprego atual e futuro e, como é óbvio, nos próprios níveis de arrecadação de impostos.

Apesar dos fatores desfavoráveis, o governo busca criar um clima otimista entre os empresários, procurando convencê-los de que o fundo do poço foi atingido no ano de 1981 e que, em 1982, os índices positivos de recuperação voltarão a aparecer no setor industrial.

No entanto, é lógico que o impasse dos salários da classe média, contidos sempre abaixo da inflação, continuará a ser, ao lado de outros fatores, a grande pedra no caminho da recuperação da economia brasileira, a menos que uma milagrosa reviravolta nas exportações de bens de consumo industrializados pudesse compensar em grande escala os reflexos negativos da estranha política contenciosa de salários adotada no Brasil em nome da inflação.

No entanto, fatores ex-

ternos desfavoráveis às exportações no corrente ano, ao impedirem o esperado equilíbrio da economia, parecem indicar que o único caminho a seguir será o indesejado afrouxo na política salarial contenciosa, pois as medidas eleitoreiras de curto prazo, muito mais cedo que se espera, terminarão sem os desejados efeitos positivos. Além disto, é inútil pretender-se um reaquecimento da demanda industrial a curto prazo através das medidas imediatistas já anunciamas, uma vez que o desenvolvimento industrial brasileiro, até hoje, se baseou na manutenção da demanda de bens duráveis pelas chamadas classes média e alta.

A tentativa de reverter o processo em favor das classes de baixa renda, ao pôr os salários mais altos, provocou, além do enfraquecimento da demanda, o próprio desemprego das classes de baixa renda.

(\*) Professor de Análise Econômica da Universidade Católica de Minas Gerais e da UNA.